

Surucucu: os Yanomami assistem à terraplanagem para a construção de quartel que ficará pronto em três meses

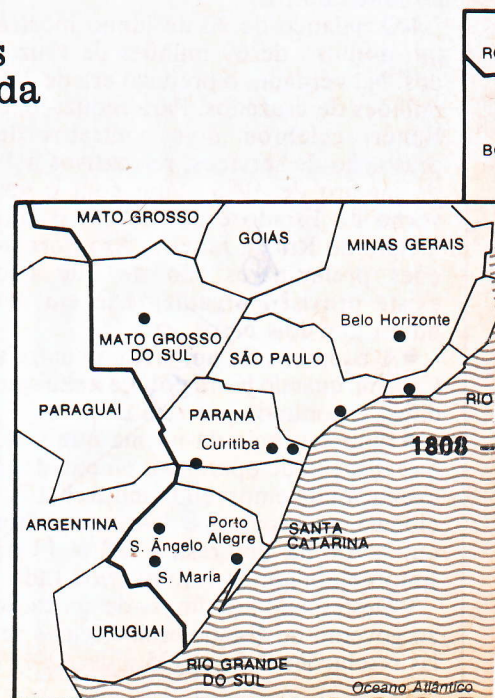
BRASIL

Entradas e bandeiras

Militares plantam marcos e quartéis do terceiro ciclo da expansão das fronteiras

Uma enorme clareira está sendo aberta na densa mata equatorial que cobre a fronteira do Brasil com a Venezuela, na região amazônica. Índios, garimpeiros, missionários, caçadores e aventureiros especulam ao som do ronco de um trator que derruba a mata. Que surpresas trará para aqueles confins da Amazônia o posto militar que o Exército pretende erguer ali o mais rápido possível? Que imposições virão com os setenta soldados do pelotão avançado, ocupantes de um dos sete novos quartéis cuja construção foi acelerada ao longo das fronteiras da região? Tudo indica que são pacíficas e defensivas as intenções deste novo desembarque militar programado para a Amazônia, dentro de

um projeto governamental que recebeu o prosaico nome de Calha Norte e estende-se hoje por 6.500 quilômetros de fronteiras com cinco países – Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, englobando 14% do território nacional à margem esquerda do rio Amazonas. Nem por isso são objetivos menos polêmicos, pois movem-se sob inspiração de formulações geopolíticas gestadas na Escola Superior de Guerra antes e durante o regime militar. O Calha Norte instala-se na Amazônia para fechar o círculo de um longo planejamento estratégico que busca tornar realidade a “vocaçao continental” do Brasil. Ou seja, garantir a integridade política e econômica de seu território.





Fronteira: Venezuela logo além

Pouco ou nada sabem disso os habitantes da região do posto Ericó, que está sendo erguido na serra do Surucucu, fronteira do Brasil com a Venezuela. "O que estes soldados vêm fazer neste fim de mundo?", indagam eles (leia quadro na página 48). Uma das respostas pode estar no subsolo de Surucucu - e dela têm conhecimento governo, Forças Armadas, índios, missionários e garimpeiros. Há muito ouro e diamante nas entranhas da serra. Como há bauxita e urânio em outros pontos da fronteira. Esta é uma das razões que levou um grupo de trabalho do governo a elaborar as 35 páginas de diretrizes para a implantação de uma política destinada à fronteira amazônica. Com reuniões sucessivas no Conselho de Segurança Nacional, de junho a dezembro do ano passado, sob a regência do então secretário-geral da Secretaria de Planejamento, Andrea Calabi, o grupo escreveu o Calha Norte afinado com os chefes das Forças Armadas.

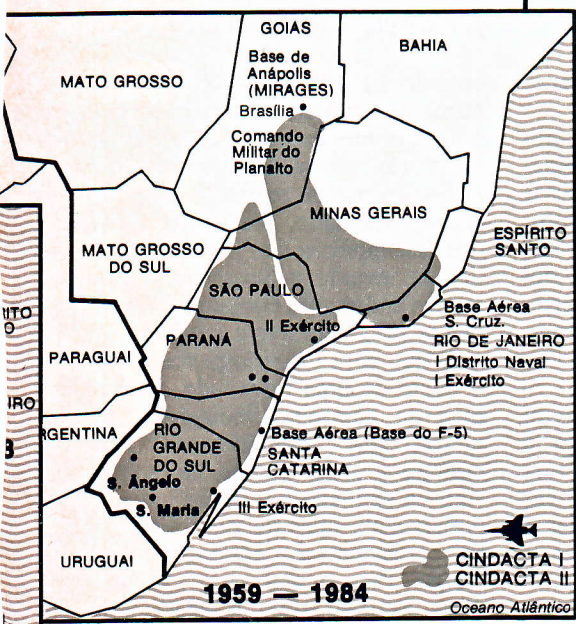
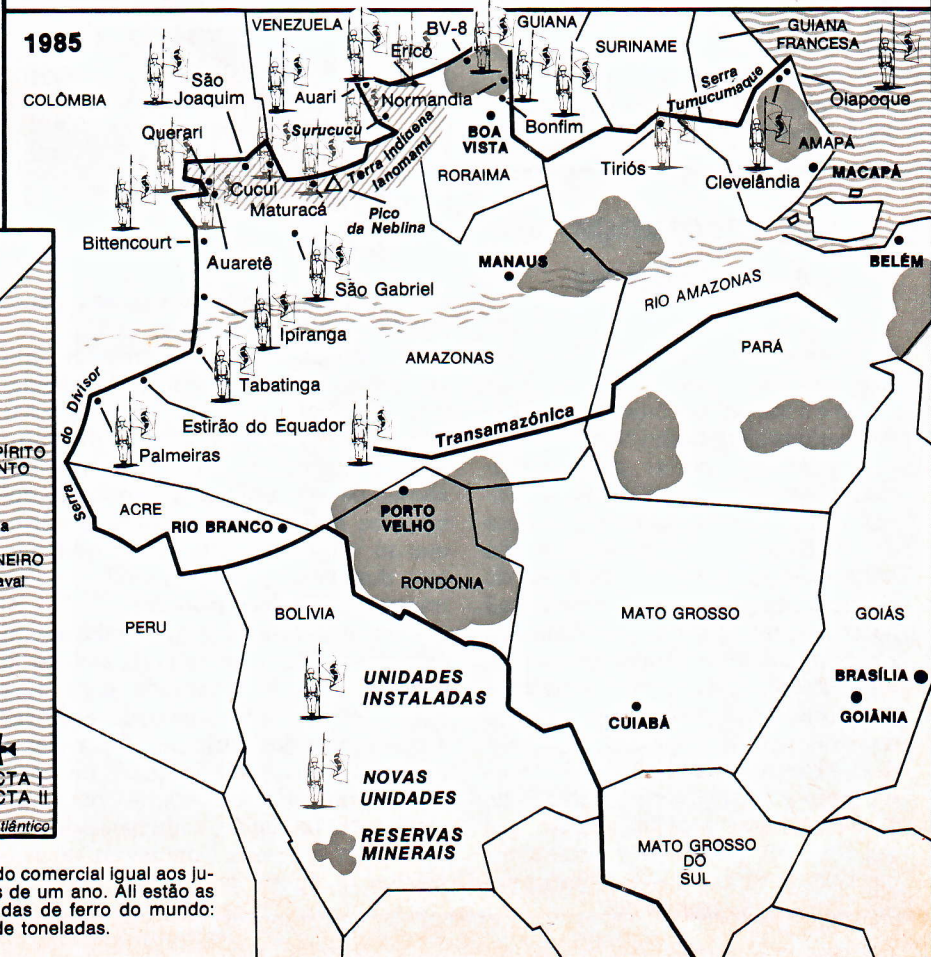
Havia claras implicações político-econômicas exigindo a execução urgente do plano. Na própria serra do Surucucu, alentada por organizações estrangeiras ligadas ao trabalho missionário, e conduzida por setores mais radicais da Igreja brasileira, circulava a idéia de transformar a região numa grande reserva indígena internacional, abrigando os Yanomami do Brasil e da Venezuela - no mínimo 20 mil habitantes. Pretendia-se, assim, retalhar aquela parte do território brasileiro, criando-se uma espécie de novo país sob a tutela de organismos internacionais. "Há bastante tempo", diz o documento que funda-

menta o projeto, "observam-se pressões, tanto nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir - às custas do atual território brasileiro e venezuelano - um estado Yanomami". Tais pressões, constatadas pelos órgãos de informações, incomodaram o governo brasileiro e teriam apressado a implantação do projeto.

A segunda área prioritária fica no Alto Rio Negro, vizinha à Venezuela e à Colômbia, chamada pelos estrategistas militares de "cabeça de cachorro", por causa da forma da linha da fronteira. Ali preocupam as atividades ilegais de mineração, contrabando e tráfico de drogas. O mesmo ocorre na área do Alto Rio Solimões, região de Tabatinga, onde será reforçada a presença militar já existente. Também inquieta as autoridades brasileiras a disputa entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo. Normalmente estas questões deságuam em conflitos armados - e, se isso ocorrer, não está descartada a hipótese de o território brasileiro ser eventualmente utilizado pelas forças em combate. Por isso haverá um reforço militar na área.

O fantasma do comunismo não chegou a arrefecer o ânimo dos estrategistas brasileiros com o fim do ciclo de 1964. Ele permanece e justifica o mesmo tratamento de reforço militar nas fronteiras do Pará e do Amapá. Será dada especial atenção aos governos dos países vizinhos naquela área - a República da Guiana e o Suriname -, com os quais deverá haver maior cooperação. Na justificativa do Calha Norte enviada ao presidente José

Caminhos da vocação continental



A participação da Amazônia na renda nacional subiu de 3,4%, em 1950, para 7,7% hoje. Até 1990, a região responderá por 15% das exportações, com um saldo comercial igual aos juros externos de um ano. Ali estão as maiores jazidas de ferro do mundo: 18 bilhões de toneladas.



Golbery Couto

Sarney, o general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional, identifica na Guiana e no Suriname “fatos e fatos adversos” e a suscetibilidade “à influência ideológica marxista”.

De fato, já houve denúncia e muitas vezes confirmação, por exemplo, da presença – em épocas diferentes – de assessores cubanos nos dois países.

No caso, não se trata apenas de retórica inspirada na Escola Superior de Guerra. “Quando as autoridades falam da questão do avanço comunista na América Central, isso mostra que o Movimento Comunista Internacional ainda é um fator importante no cálculo político do governo”, comentou o cientista político René Armand Dreifuss, fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Um graduado assessor do presidente José Sarney concorda. “O governo preferiu agir preventivamente, embora a ameaça seja aparentemente distante”, confidenciou ele. Mesmo sem conhecer o plano em detalhes, o general da reserva Lira Tavares, ex-membro da junta militar que substituiu Costa e Silva no governo e estudioso da geopolítica, destaca o centro da preocupação militar com a região. “O Exército deve entrar na região, formar mão-de-obra e garantir



Bayma Denys

a segurança interna e externa do Brasil”, aconselhou.

A preocupação militar com a região leva em conta também a existência, ao largo da bacia amazônica, de reservas importantes de minerais estratégicos, como a bauxita e o

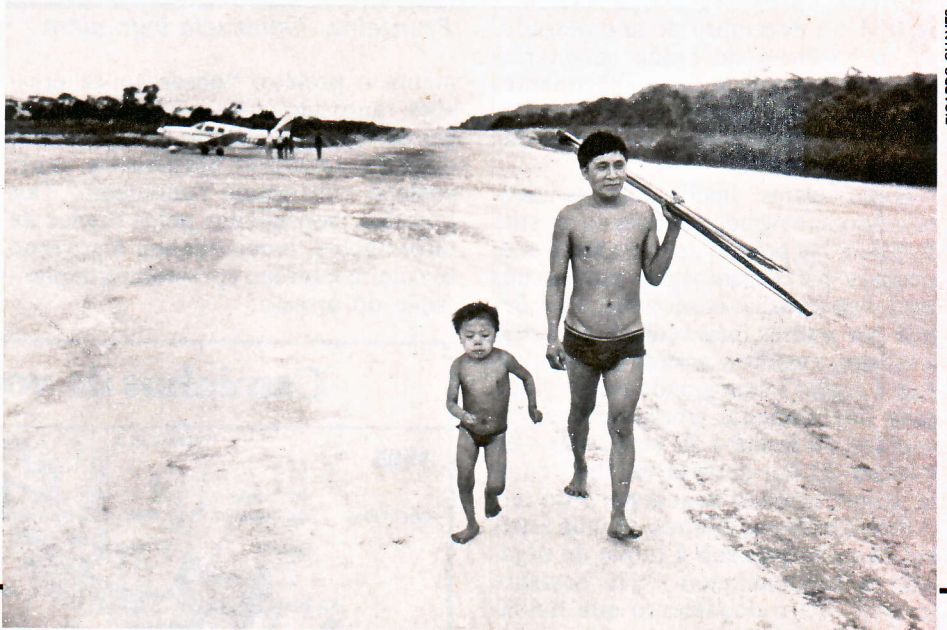
urânio. Além da ameaça do contrabando desses minérios, que se utilizaria da mesma malha que serve ao tráfico de drogas, existe o que o general Tasso Vilar de Aquino, ex-presidente do Clube Militar, chama de “penetração aliení-



Lira Tavares

gena”. E ele relaciona 35 empresas pecuárias, 20 florestais e 10 na mineração, que atuam na região em prejuízo da Amazônia. O próprio ex-presidente do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas

(Gebam), almirante Roberto Gama e Silva, que se opôs ao projeto Jari, denunciou, na semana passada, três grupos estrangeiros – BP Mineração, Brascan e Anglo American – que estariam agindo na fronteira e em áreas indígenas.



RICARDO CHAVES

A esperança é o garimpo

Na serra do Surucucu, Território de Roraima, a vida dos 7 funcionários da Funai e 3 mil índios começa a ser alterada pelo projeto Calha Norte. Em estado de latente conflito, graças à vizinhança muito próxima da nação Yanomami, a população assiste curiosa aos primeiros passos da implantação do pelotão de Ericó e à reforma do precário campo de pouso. Vivendo ali há onze anos, o sertanista Francisco Bezerra não crê na utilidade dos postos militares. “Aqui nunca tivemos problema de fronteira. Esse negócio de forte é coisa do passado. Que podem fazer setenta homens isolados em meio à mata virgem?”, indaga ele, lembrando que a única invasão que viu foi a de garimpeiros brasileiros, em 1985, devidamente rechaçados pe-

Avião, único acesso a Surucucu: choque direto com a civilização

los Yanomami, ainda resistentes à penetração do homem branco.

O que mais assusta Bezerra é a perspectiva de ter que administrar os soldados: “Controlar os três homens da FAB que estão trabalhando na pista de pouso já é difícil, pois um civil gosta de beber, apesar de ser proibido o uso de álcool em área indígena”, desabafou Bezerra, que só vai a Boa Vista, a 368 quilômetros, duas vezes por ano, usando o único transporte possível, o avião.

Para os garimpeiros que ambicionam explorar a região, no entanto, a chegada dos soldados é aguardada com uma ponta de ansiedade, pois pode significar a reabertura dos garimpos. Para eles e para os comerciantes de Boa Vista, capital do Território, e de outras pequenas localidades da região, a liberação dos garimpos da área dos Yanomami vai resuscitar a época áurea dos negócios,

quando os 150 mil habitantes de Roraima desfrutaram, de uma forma ou de outra, o movimento comercial provocado pela mineração. “Tivemos o maior florescimento da região”, relembra José Altino Machado, presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, líder da invasão a Surucucu e que pretende fundar uma cooperativa de garimpeiros para explorar a região.

O que para os garimpeiros parece ser o início de uma nova vida, para os padres do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é uma ameaça. “O projeto configura uma espécie de golpe final rumo à extinção dos povos indígenas da Amazônia”, afirmou dom Erwin Klautler, presidente da entidade e bispo do Xingu. Para o secretário executivo do Cimi, Antônio Brant, o Estado tem o direito e o dever de garantir as fronteiras, mas ele nega que a Igreja esteja fazendo

O deslocamento de tropas para a região, porém, não será tarefa apenas do Exército, os 890 milhões de cruzados destinados ao programa militar deverão atender ao reaparelhamento da Marinha, que hoje dispõe de apenas cinco navios-patrolha no Amazonas e se prepara para construir o *Porto Esperança*, navio hidrográfico. Da mesma forma, bases navais de Val de Cães (Belém) e Manaus, e campos de pouso da FAB serão remodelados, para atender ao aumento do contingente, que hoje está em torno de 20 mil homens. A liberação das verbas, porém, não segue o ritmo dos planos militares. Num momento de contenção de despesas, a Seplan liberou, em agosto, 86 milhões de cruzados dos 335 milhões esperados pelas três Forças. Certamente a integração da fronteira norte não seguirá o mesmo ritmo do Cone Sul, que se beneficiou de uma conjuntura política e econômica mais favorável. "O projeto exigirá um esforço financeiro do governo num momento de contenção de despesas. Além disso, a questão deveria passar pelo Congresso, para que se pudesse avaliar os interesses que estão voltados para a região, como os do Banco Mundial, e não ficar no sigilo ou na disputa entre Igreja e Forças Armadas, duas instituições que se fortaleceram nos últimos vinte anos, em detrimento da sociedade civil", argumentou o professor Clóvis Brigagão, especialista em estratégia militar.

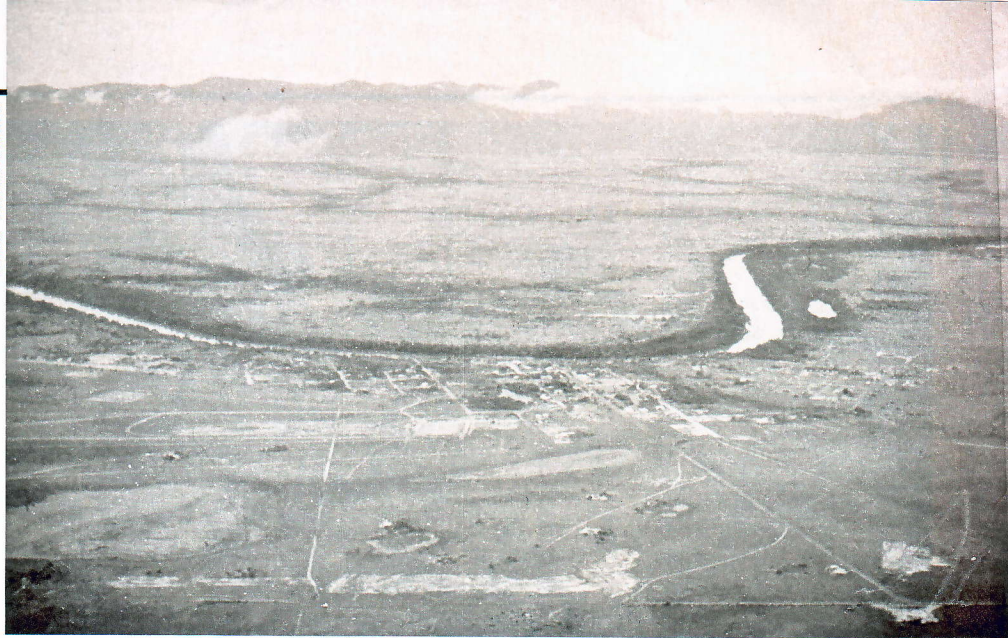
Ainda que numa conjuntura diferente,

pressão para que os Yanomami se constituam numa nação independente. "Essa afirmação é leviana. O que nós apoiamos é a defesa, na Constituinte, da demarcação das terras indígenas conforme está previsto na Constituição", afirmou Brant.

Muito mais preocupado com a defesa das riquezas minerais do que com as consequências do contato entre brancos e índios, o comandante do 2º Batalhão de Fronteira, coronel Souza Holanda, espera ver a população branca crescer. "Quem garante a fronteira não é o Exército ou a polícia, mas a população civil", diz o coronel, que se responsabilizará pelos três novos pelotões de fronteira de Roraima - Auari, Ericó e Surucucu. O crescimento populacional esperado com certeza trará mais trabalho aos funcionários da Sucam, hoje ocupados apenas em manter a vigilância sobre o mosquito transmissor da febre amarela.

**Ricardo Lessa,
de Surucucu**

FOTOS RICARDO CHAVES



Bonfin: reforço no último posto brasileiro antes do perigo marxista

o Calha Norte segue rigorosamente os passos da integração da fronteira sul. Com uma população que passa dos 13 milhões de habitantes e uma área total de 4,8 milhões de quilômetros, a Amazônia, uma fronteira econômica em expansão, se constitui na terceira etapa da integração do território nacional, conforme as projeções feitas pelo general Golbery do Couto e Silva nos anos em que pertenceu à ESG. Inspirado na teoria do inglês Halford Mackinder (1861-1946), Golbery previu a consolidação do poder na região Sudeste, seguida da estabilização da fronteira sul, ao mesmo tempo que se fincavam os alicerces no Planalto Central, com a transferência da capital federal. A partir daí, então, as expressões do poder nacional avançariam

rumo norte e noroeste, seguindo o que na geopolítica da ESG seria a vocação continental do Brasil.

Na realidade, esse movimento em direção ao Pacífico começou muito antes de Golbery. Remonta ao deslocamento contínuo da fronteira da então colônia portuguesa sobre os domínios espanhóis, numa sucessão de atritos e tratados que tomaram boa parte da Era Colonial e do Império. Ainda no século XVIII, Portugal construiu os fortes de São Gabriel, São José, São Joaquim e Príncipe da Beira, todos no coração do continente. E, durante o ciclo da borracha (1850-1912), contingentes de nordestinos se deslocaram para a região Norte. Nos anos 60, já com o poder central estabelecido em Brasília, começou uma nova fase de ocupação,



Divisa com a Venezuela: mirante da brigada dos dois outros vizinhos



Estrada para Caracas: arsenal contra os insetos invasores

com abertura de rodovias, como a Belém-Brasília e Transamazônica, e a criação de colônias agrícolas. Essas colônias tinham dupla função e se enquadravam nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional: esvaziar o Nordeste, foco de tensão social, e preencher os vazios para depois montar a defesa da fronteira. Sem obter os resultados desejados, o governo militar acaba por abrir as portas da região para a iniciativa privada. Na década de 70, os nordestinos foram substituídos pelos sulistas, não mais colonos, mas empresários com incentivos fiscais. Restava, então, todo o arco fronteiriço que vai do Amapá a Rondônia, e que seria coberto pela agora abandonada rodovia Perimetral Norte.

Esse movimento em direção ao centro do continente e ao norte foi sempre rigidamente implantado de unidades militares. Nas fronteiras do Norte até agora a presença militar era tímida, marcada sobretudo pelos aviões da FAB, que chegam onde as estradas não vão. Mas, pelo menos até o Planalto Central, o poder militar já está consolidado. Partindo do Extremo Sul, onde ao longo dos últimos vinte anos se concentrou o maior contingente de tropas – da

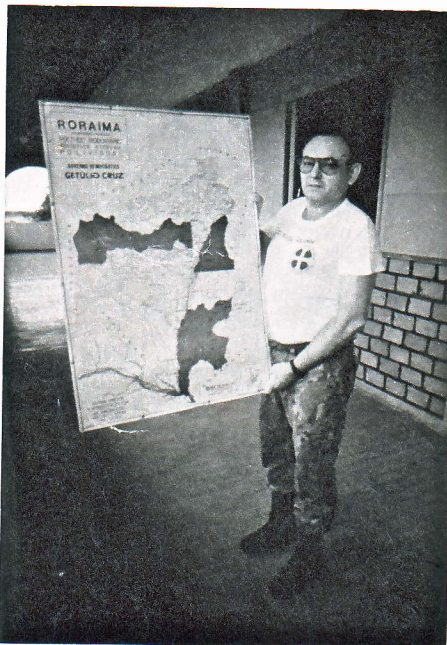


Tasso Vilar

base de Florianópolis, onde se encontram os caças-bombardeiros F-5, às guarnições do Rio e São Paulo e de Brasília, onde estão, bem próximos, na base aérea de Anápolis, os caças Mirage –, tem-se

toda uma área de concentração política, social e econômica, devidamente coberta pelo sistema de controle aéreo de radar dos Cindacta I e II. Até o momento, a condição de zona passiva de defesa caía muito bem para aquelas terras desconhecidas e quase desertas, cobertas de mata equatorial.

Fatores conjunturais fatalmente aceleraram o propósito de investir nessa área sob um outro prisma, o da preservação e persuasão, revestidos ambos com a capa da integração amistosa com vizinhos com os quais se divide a região. Exemplos como as relações comerciais com o Paraguai e a recente aproximação com a Argentina poderão se repetir no Norte.



Holanda: civis são indispensáveis

Depois da criação dos sete novos pelotões de fronteira, as relações bilaterais com os países vizinhos serão intensificadas com base em interesses comuns como o controle das plantações de epadu, que fornece uma cocaína de qualidade inferior, ou a construção de novas estradas interligando o continente de oceano a oceano. Para tanto, o governo brasileiro pretende reativar o Tratado de Cooperação Amazônica. Assinado em julho de 1978, ele previa uma intensa troca comercial, tecnológica e científica, mas até hoje só conseguiu realizar um congresso, em Belém, sobre a erradicação da febre amarela. Além disso, o reforço da fronteira tem fortes efeitos psicológicos. Mesmo que



Clóvis Brigagão

um pelotão de setenta homens tenha pouco poder de fogo sobre eventuais penetrações estrangeiras em território brasileiro, sua presença desestimula incursões aventureiras.

O plano Calha Norte tem seus objetivos bem definidos pelo tempo de trabalho: "aumento das relações bilaterais, aumento da presença militar na área, recuperação dos marcos limítrofes, ampliação da infra-estrutura viária, aumento da produção energética, criação de pólos de desenvolvimento econômico e definição de uma política indigenista.

A expansão da fronteira econômica, elevando os índices de produtividade da região e acarretando um crescimento populacional nos centros médios urbanos, introduziu uma variável social na questão geopolítica que não pode ser desprezada. É nesse sentido que o cientista político René Dreiffuss vê dois aspectos diferenciados, embora integrados no Calha Norte: "Ele se insere no plano das novas Forças Armadas – racionais, profissionalizadas – que leva em conta o conceito de fronteiras vivas e passa pela integração geoeconômica e geoestratégica, mas também passa pela questão social". Desse ponto de vista, o fortalecimento militar da região é uma atitude preventiva, não apenas em relação às ameaças geradas pela instabilidade da América Central mas também em relação a possíveis conflitos internos envolvendo indígenas, posseiros, garimpeiros, traficantes.

**Ana Lagôa (São Paulo),
Raymundo Costa (Brasília) e
Roberto Pumar (Rio de Janeiro)▲**